

# **IV enanparq**

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

## **VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM COMO ELEMENTO CULTURAL**

SESSÃO TEMÁTICA: PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E PAISAGEM CULTURAL:  
NOVOS DESAFIOS À PRESERVAÇÃO

**Autor: Bernardo Brasil Bielschowsky**

**Filiação profissional: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

**E-mail: bbrasilarquitecto@yahoo.com.br**

# VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM COMO ELEMENTO CULTURAL

## RESUMO

Este trabalho pretende analisar a paisagem urbana na área central de Blumenau/SC - Brasil, a partir da década de 1950, para demonstrar a importância dessa paisagem historicamente construída como um bem patrimonial que deve ser valorizado. Esse patrimônio, culturalmente e socialmente constituído, que é a paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade e pela construção de grandes cenários com imagens urbanas emblemáticas, principalmente a partir da década de 1970, quando ocorre uma ameaça mais efetiva à área de estudo. O trabalho procura demonstrar o processo de formação da paisagem do conjunto urbano atual na área central de Blumenau e as diversas relações deste com a sociedade e seus elementos emblemáticos, como os espaços, o rio e a topografia, demonstrando assim, o valor patrimonial dessas relações historicamente construídas. A partir da compreensão da importância dessa paisagem, numa visão mais ampla de conjunto de cidade, o trabalho pretende demonstrar o risco e a ameaça que o próprio poder público se tornou para a área de estudo, principalmente a partir da década de 1970, com a construção de uma política de se criar um cenário urbano falso e atemporal num primeiro momento, desvalorizando a história da cidade, e posteriormente com a tentativa de divulgar a cidade através de imagens emblemáticas para atrair não só turistas, mas principalmente investidores. A principal problemática, atualmente, são as sucessivas tentativas do próprio poder público em tentar vender a cidade como um objeto, através dessas imagens emblemáticas. Essas políticas públicas tratam da espetacularização urbana, da mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade.

**Palavras-chave:** Paisagem. Patrimônio. Blumenau/SC.

# VALUATION OF LANDSCAPE AS CULTURAL ELEMENT

## ABSTRACT

This study aims to examine the urban landscape in the central area of Blumenau/SC - Brazil, from the 1950s, to demonstrate the importance of this landscape historically constituted as a heritage that should be valued. This heritage, culturally and socially constituted, which is the landscape, is threatened by successive politics of devaluation of the city's history and the construction of large scenarios with emblematic urban images, mainly from the 1970s, when a threat occurs more effectively to the study area. The work aims to show the process of the formation of the landscape current urban area in the central area of Blumenau and the various relations of this with the society and its emblematic elements such as spaces, the river and the topography, thus demonstrating the value of these relationships historically constructed. From the understanding of the importance of this landscape, a broader view of the urban area, the work aims to demonstrate the risk that the government itself has become for the study area, mainly from the 1970s, with a politic of creating a false and timeless urban setting at first, devaluing the city's history, and later with the attempt to disclose the city through iconic images to attract not only tourists but mainly investors. The main problem currently are the successive attempts of the government in trying to sell the city as an object through these emblematic urban images. These public politics dealing with a urban spectacle, the commercialization of space and the landscape of the city.

**Keywords:** Landscape. Heritage. Blumenau/SC.

## 1. INTRODUÇÃO

Santa Catarina pode ser considerado um estado que apresenta um diferenciado mosaico cultural constituído pelos diversos ciclos migratórios em diversos períodos distintos, desde o século XVIII no litoral catarinense. O tema deste trabalho será a análise da importância da paisagem urbana de Blumenau, no Vale do Itajaí, localizado no estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Essa paisagem começou a ser constituída pelos imigrantes, a partir da metade do século XIX, com a chegada de trabalhadores qualificados que fugiram das crises europeias e encontraram na política de imigração brasileira novas oportunidades. A política de colonização europeia do Governo Imperial buscava mão de obra livre e assalariada para substituir o trabalho escravo (fim do tráfego negreiro em 1850) e ocupar estrategicamente o Sul do país, com o aval da Lei das Terras de 1850, que transformou o solo em mercadoria, ou seja, Blumenau nasce diretamente das relações capitalistas que estavam sendo introduzidas no país naquele período.

Imigrantes vindos da Alemanha a partir do final do século XIX, voltados ao trabalho fabril, deixaram de se dedicar somente à formação de uma colônia agrícola para contribuir na urbanização e industrialização da cidade. Adaptando-se às condições locais, os migrantes europeus dão lugar a uma nova cultura, teuto brasileira, na qual mantêm ou transformam os traços linguísticos, comportamentais ou sociais de forma diferente de sua evolução no país originário. Como é a cultura, mediada pelas técnicas, que oferece aos homens os meios de apropriação dos ambientes para aí imprimir sua característica, constitui-se, então, identidades culturais locais que forjam, historicamente, a formação de paisagens culturais, sobretudo, com traços dominantes da origem alemã.

A paisagem de Blumenau retrata bem as formas culturais de apropriação do ambiente pelos imigrantes e empresários locais, a partir da utilização das técnicas existentes e o estabelecimento de um sistema de relações locais, constituindo assim uma identidade cultural. A dinâmica urbana, gerada pela lógica de implantação das indústrias, pelos sucessivos processos econômicos e sociais ocorridos nos diferentes períodos resultaram em paisagens específicas e estão registradas na paisagem e na memória coletiva local, e justamente por isso, com grande valor patrimonial. Essa paisagem constitui um acervo de importância fundamental ao desenvolvimento da cidade, definindo características particulares pelos traços culturais, modo de vida e apropriação do espaço, o que pode reafirmar a ideia de uma identidade social constituída.

Esse artigo foi elaborado a partir do Projeto de Doutorado, ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina

(PPGG/UFSC). Este trabalho pretende analisar a paisagem urbana na área central de Blumenau, a partir da década de 1950, para demonstrar a importância dessa paisagem historicamente construída como um bem patrimonial que deve ser valorizado. Esse patrimônio, culturalmente e socialmente constituído, que é a paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade e pela construção de grandes cenários com imagens urbanas emblemáticas, principalmente a partir da década de 1970, quando ocorre uma ameaça mais efetiva à área de estudo.

O trabalho pretende abordar também algumas questões importantes para este contexto, como a relação entre passado/presente, antigo/novo, a recriação da identidade germânica, a construção de cenários como política para o turismo, a mercantilização dos espaços e da própria paisagem. E é nesta relação obscura entre os agentes públicos e os privados que as políticas públicas se tornam uma ameaça cada vez mais presente para a paisagem e a história da cidade. Essas políticas públicas tratam da espetacularização urbana, da mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade (DEBORD, 1997).

A substituição do patrimônio historicamente e socialmente construído, através da desvalorização dos espaços mais significativos da cidade em detrimento da construção e valorização de modelos externos e temáticos, vai acarretar o processo mais violento no que diz respeito à história e memória urbana da cidade de Blumenau. Com os processos de renovação urbana que já sinalizam para essas áreas, essa paisagem histórica e socialmente construída corre o risco de deformação ou até mesmo de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à memória urbana, à cidade contemporânea e para as futuras gerações.

O principal argumento deste trabalho é que, com os processos de renovação urbana sinalizando para essas áreas, corre-se o risco de deformação ou de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e as futuras gerações. Essas renovações urbanas tendem a ser cada vez mais intensas, substituindo assim, antigas construções inseridas determinados conjuntos urbanos por edifícios cada vez mais altos e estandardizados e fora de um contexto, seguindo simplesmente à lógica do mercado (HARVEY, 1998). As cidades brasileiras conhecem rápidos processos substitutivos - decorrentes da fraqueza da legislação urbanística que permite uma acelerada dinâmica do capital imobiliário -, que transforma o tempo numa variável determinante para a manutenção da paisagem e da memória urbana dessas cidades.

A principal relevância do trabalho é discutir que a introdução de políticas para a valorização da paisagem não deve ser somente estética, mas sobretudo social. A pluralidade só se torna possível respeitando as semelhanças e diferenças, mas a singularidade só existe dentro de

um contexto de relações sociais determinadas (ARENDR, 1993), porque o indivíduo precisa se reconhecer socialmente. Só será possível ousar planejar a construção de um futuro comum quando os diferentes grupos da sociedade procurarem estabelecer a construção de uma identidade comum, baseado nessas referências sociais e urbanas. Logo, os novos desafios à preservação ou valorização da paisagem servem tanto para conservar suas raízes, evitando a alienação social do indivíduo, como para ancorar historicamente e fortalecer suas identidades na possibilidade de criação de projeto social contínuo, evitando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e às futuras gerações.

A expectativa de contribuição para o tema da sessão é a de incluir valorização da paisagem como elemento cultural, ou seja, como um bem patrimonial que se enquadra numa nova dimensão das políticas patrimoniais. A globalização vai impondo incessantemente a necessidade de substituição das cidades “antigas” pelas novas cidades “globais”, sem se preocupar com a história do lugar, substituindo conjuntos urbanos adaptados ao sítio físico e apropriados culturalmente pelo meio, por um acumulado de não lugares (AUGE, 194). Essas apropriações culturais dos meios significa que diversos processos culturais marcaram a paisagem e revelam o sentido sociocultural e educativo da paisagem. Logo, valorização da paisagem como elemento cultural serve também para democratizar esse patrimônio, que não deve ser apenas estético ou de aparência (SANTOS, 1982; 1985), mas que deve contemplar os ambientes que marcam a vida cotidiana das pessoas.

Buscando enfrentar a problemática da pesquisa, buscou-se relacionar as noções geográficas de sociedade, espaço e paisagem com a evolução do conceitos de patrimônio, história e memória. Partindo da evolução dos conceitos das categorias geográficas de paisagem e patrimônio no âmbito dos organismos internacionais e nacionais (UNESCO e IPHAN), pautados não somente nas interações entre os aspectos naturais e culturais (paisagem), mas também nas interações entre os aspectos materiais e imateriais (patrimônio), trata-se de inserir a arquitetura, o urbanismo e as diversas formas de apropriação do espaço (de forma contextualizada) na paisagem como um bem patrimonial, para que sirva de referência cultural para a sociedade e as futuras gerações. Essa análise da paisagem como um bem patrimonial está condicionada à percepção do patrimônio como resultado de acumulação de tempos históricos que marcam, com traços culturais, a paisagem e as pessoas.

## **2. PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E PAISAGEM CULTURAL**

Partindo-se dos conceitos de paisagem como registro das relações sócio-espaciais e as transformações históricas assíncronas das diferentes determinações que compõem a realidade social, o quadro teórico busca discutir a paisagem como um processo. O trabalho pretende abordar conceitos relacionados à “cultura, paisagem e memória” para demonstrar o valor patrimonial do objeto de estudo, demonstrando que mais que o valor material dos objetos isolados, existe um valor imaterial dado pelas relações destes com a dinâmica urbana, o ambiente historicamente herdado, a cultura, a história e a memória.

O quadro teórico pretende abordar ainda a contradição entre os ideais da modernidade (1950) num período em que não havia uma consciência crítica estabelecida em relação ao patrimônio (mas havia um desejo de demonstrar a arquitetura do seu tempo, por vezes descontextualizada ou negando o entorno) e a criação dos cenários (1977), num período onde já existia (e onde não se pretende demonstrar a arquitetura do seu tempo, mas pelo contrário, inventar uma arquitetura de um tempo que nunca existiu na história do lugar).

Para compreendermos a relação direta entre espaço e sociedade, precisamos considerar o espaço na sua totalidade, como um objeto em permanente movimentação. E quem lhe dá essa condição é justamente a sociedade que o habita e o utiliza, ou seja, sem a sociedade o espaço não possui vida. Partindo do conceito que o espaço é uma inércia dinâmica e nos utilizando disso como um método, faz-se necessário dividi-lo em algumas partes essenciais. São os fatos que vão moldar esse espaço, ressaltando os seus aspectos e lhes atribuindo formas, conforme os contextos e as estruturas sociais que se modificam nos diferentes períodos históricos. (SANTOS, 1988, p. 49). Nesta pesquisa, o espaço será visto como forma-conteúdo, isto é, uma forma que não existe sem o seu conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou. É assim que os lugares se criam, e se recriam e se renovam, a cada movimento da sociedade. São os eventos que constituem os vetores dessa metamorfose, unindo objetos e ações. (SANTOS, 1996, p.21).

Para esta pesquisa é necessário fazer a distinção entre paisagem e espaço, pois se a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza, o espaço é essa forma e mais a vida que se anima. A paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso os objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação. (SANTOS, 1996, p.83).

A paisagem fala da realidade objetiva, dos homens que a povoam e das relações que tecem com o meio. Expõem também uma realidade criada por necessidades sociais, lúdicas e estéticas. Essa consciência do lugar na construção do indivíduo também caracteriza o próprio indivíduo com relação ao tempo e ao espaço. O indivíduo toma consciência daquilo que é através dos lugares onde vive, das paisagens que lembram a construção do passado e dos elementos que o animam para o futuro. (CLAVAL, 2011, p. 233).

O presente artigo busca discutir a valorização da paisagem como elemento cultural. Porém, apesar das diversas relações culturais preservadas que vamos tratar aqui, não vamos utilizar aqui o conceito de paisagem cultural, pois acreditamos que este pressupõe a relação direta e permanente entre cultura e paisagem, ou seja, as formas tradicionais de interação entre o homem e o ambiente ainda presentes, e que seriam protegidas como tal. Paisagem cultural deveria preservar não somente o ambiente herdado historicamente, mas também as suas relações sociais, ou seja, a permanência da paisagem e das relações tradicionais conjuntamente, de forma indissociável. Por isso trabalharemos com o conceito de paisagem herdada nesse artigo, seguindo o pressuposto de Milton Santos de que a paisagem é algo em constante mutação, assim como a produção social do espaço. O fato de ser uma paisagem herdada não significa que seja uma paisagem cultural com cultura tradicional preservada, pois a cultura pode ter sido readaptada, resignificada ou ter se tornado um patrimônio imaterial.

A UNESCO foi o primeiro órgão a instituir um instrumento jurídico para reconhecimento e preservação das paisagens culturais, através da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1992, definindo paisagem cultural como uma forma de preservar culturas tradicionais. Mais do que preservar as paisagens ou as relações sociais, busca preservar justamente a interação entre o homem e seu ambiente natural. No que se refere a Paisagem Cultural Brasileira, o IPHAN estabeleceu em 2009, através da Portaria 127/2009, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. É um instrumento de reconhecimento do valor cultural que define Paisagem Cultural como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimam marcas ou atribuam valores”. Talvez esse seja o conceito que mais se aproxima desse trabalho, porém não em escala nacional, mas regional-local. Vale lembrar que as definições acerca do conceito de Paisagem Cultural, assim como a dinâmica da própria paisagem, estão em constante discussão e provavelmente continuarão sendo alvo de novas definições e resignificações, conforme sua aplicação.

Essa abordagem mais ampla sugerida pela chancela possibilita que as definições sejam dadas ao longo do próprio processo de investigação e reconhecimento, considerando a

diversidade de manifestações e dos contextos geográficos do nosso território, ao contrário da UNESCO, que já define três categorias de antemão: paisagens claramente definidas, paisagens organicamente evoluídas e paisagens culturais. Na definição do conceito, vale destacar a utilização do termo peculiar, como elemento primordial de diferenciação de cada paisagem pela sua singularidade e particularidade, bem como, o estabelecimento das relações intrínsecas do homem com o meio como um fato notável. Fica evidente então, que é justamente na qualificação do termo “peculiar” que vai se diferenciar, ressaltar ou se particularizar a porção do território que será chancelada. Cabe aos órgãos de controle estabelecer quais os critérios de valorização e diferenciação. Logo, as chancelas também poderiam ter diferentes níveis de classificação, como as chancelas regionais ou locais, dependendo da abrangência, para que se tenha uma definição mais clara do que é paisagem cultural num âmbito local, regional ou nacional, que seria essa proposta de chancela estabelecida pelo IPHAN.

A chancela é um instrumento que estabelece procedimentos na aplicação do conceito de paisagem cultural. Conceito este originado e discutido desde o final do século XIX na Geografia e no campo do patrimônio cultural após a adoção do conceito pela UNESCO em 1992. A inovação trazida pelo instrumento é a possibilidade de propor antecipadamente mecanismo de preservação conjunta entre os diversos agentes que atuam na paisagem cultural a ser chancelada, caracterizando um instrumento de gestão compartilhada. Logo, sua efetividade se dará pelo cumprimento dos compromissos assumidos pelos diversos agentes na hora de sua pactuação, dando assim, caráter mais de reconhecimento e gestão integrada do que apenas um ato declaratório. Para isso, a chancela deve ser acompanhada através de relatórios de monitoramento das ações previstas e revalidada num prazo máximo de dez anos.

Diferentemente do tombamento, a chancela considera o caráter múltiplo e dinâmico das manifestações do território. Assim como a paisagem é dinâmica, essa maneira de preservação também necessita dialogar com os diversos agentes do seu tempo, tentando perfazer a gestão e não a determinação do território. Por se tratar de uma convergência de esforços em relação à um mesmo objetivo comum, aparentemente pode parecer mais fácil de se realizar. Mas num país onde a gestão integrada, participativa e, principalmente neste caso, continuada do território ainda é incipiente, é necessário deixar muito claro a forma de se fazer e de se efetivar esse pacto entre os diversos agentes com seus diversos interesses.

### 3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO DE CASO

O objeto de estudo será a cidade de Blumenau e o recorte específico deste trabalho será a sua área central, que representa historicamente a maior centralidade e o ponto de conversação de diversos elementos, inclusive numa escala regional. A delimitação da área de estudo vai do antigo porto fluvial – que conectava a cidade com o porto de Itajaí e deste com o mundo, tanto para as pessoas como para as mercadorias da cidade industrial – à antiga estação ferroviária – que conectava a cidade com o Alto Vale, tanto para as pessoas como para as mercadorias -, onde a Rua XV servia como a principal rua comercial da cidade justamente por sua localização estratégica entre o porto fluvial e a estação ferroviária.



Figura 1- Delimitação da área de estudo em foto aérea. Fonte: Google, 2014.

A delimitação da área de estudo (linha tracejada branca na Figura 1) foi pensada como uma poligonal de áreas de influência, podendo ser utilizada na contextualização da paisagem. Dentro desta delimitação mais abrangente da área de estudo, temos a demarcação de dois espaços que serão tratados aqui como conjuntos urbanos complementares, que mesmo formando um conjunto único em nossa análise da problemática atual, foram sendo configurados de forma e com intensidades diferentes, nas diferentes políticas públicas que vamos abordar ao longo do trabalho.

O primeiro conjunto (linha tracejada amarela na Figura 1) é o antigo centro histórico (*Stadtplatz*), que engloba principalmente o antigo porto e a antiga prefeitura, mas que foi

delimitado desde a Igreja Luterana até a Prainha, por considerarmos a curva histórica do rio como um elemento único e indissociável na história da cidade.

O segundo grande conjunto (linha tracejada cinza na Figura 1) é praticamente um “binário” entre os ribeirões Garcia e da Velha, composto pela Rua XV (rua comercial que conectava o antigo porto/antiga prefeitura à antiga estação/atual prefeitura) e a Avenida Beira-Rio, construída na década de 1970 e que estabelece uma nova relação da cidade com o rio (antes da abertura dessa via a cidade ficava de costas para o rio e sem relação com a margem esquerda, com exceção da relação *Stadtplatz* com a prainha).

Atualmente, esses espaços dialogam diretamente, através da paisagem e da relação "entre margens", com o rio e com a topografia. E justamente devido à essa relação, que a poligonal de delimitação da área total do estudo, abrange a Ponta Aguda, porque atualmente a liberação de altura sem restrições de gabarito nesse bairro vai afetar diretamente a relação destes com o rio e a topografia acidentada.

#### **4. AS POLÍTICAS QUE DESVALORIZARAM A PAISAGEM**

O patrimônio culturalmente e socialmente constituído, que está contextualizado na forma de paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas de desvalorização da história da cidade. O trabalho não pretende abordar a desvalorização de uma paisagem qualquer, mas será focado na paisagem de valor patrimonial, que envolve ‘cultura, paisagem e memória urbana’. A paisagem com valor patrimonial busca compreender a própria paisagem constituída historicamente – não o imóvel e seu contexto, mas a própria paisagem em si - como um bem de valor patrimonial, culturalmente e socialmente construído. Essas políticas de desvalorização da história da cidade se introduzem distintamente, nos diferentes períodos, conforme que vamos delimitar o recorte temporal.

O primeiro período ocorreu a partir da década de 1950, com a substituição de alguns elementos históricos por elementos modernos, ainda num período onde não existia a consciência patrimonial. Através de um discurso de modernidade, que penetra por todas as esferas, o setor público propõe a criação de um novo centro cívico, o setor religioso substitui a antiga igreja matriz por uma moderna e o setor privado inicia um processo de substituição do conjunto urbano horizontal através da verticalização da cidade. Alguns processos substitutivos são marcantes, como o incêndio no edifício administrativo da cidade que abrigava os poderes executivo e judiciário em 1958, a destruição da antiga Matriz para a construção da nova em 1953 e a destruição do antigo Hotel Holetz para a construção do Grande Hotel em 1959. Esses elementos modernos negavam parcialmente o contexto ou foram implantados de forma substitutiva ao invés de complementarem os elementos

históricos já contextualizados. Porém, esses novos elementos modernos foram construídos em locais estratégicos do espaço urbano e foram elaborados por arquitetos renomados que estavam em consonância com as discussões e as novas diretrizes da modernidade na arquitetura que ocorria na escala mundial. A criação de um centro cívico refletia os ideais do urbanismo moderno e funcional, enquanto o projeto da Igreja Matriz refletia a reformulação da própria igreja católica e o Grande Hotel refletia às últimas tendências mundiais em termos de hotelaria. Esses novos elementos modernos são bem interessante do ponto de vista arquitetônico, mas infelizmente eles substituíram edificações históricas e afetaram tanto a paisagem como a memória coletiva, ao invés de se relacionarem com elas através da justaposição e formação de um conjunto urbano heterogêneo.

O segundo período ocorreu a partir da década de 1970, através de um discurso étnico de resgate à germanidade perdida (oficialmente devido à II guerra mundial, mas informalmente devido à substituição do modo de vida europeu pelo norte-americano), mas que neste caso não penetra por todas as esferas, pois o discurso não representava mais a realidade cotidiana da população local. O que realmente aparece neste período é uma mercantilização do espaço, sem compromissos com sua qualidade e com a própria história da cidade. Os setores econômicos ligados ao turismo alavancaram essa corrente, fomentando uma política pública bem definida de desvalorização da arquitetura que representava a história da cidade, onde nesse momento a arquitetura moderna já estava integrada no conjunto urbano e contextualizada na paisagem. A Lei Ordinária N° 2262, de 30 de junho de 1977, favorece a construção do que denomina como estilos arquitetônicos típicos, conhecidos como “Enxaimel” e “Casa dos Alpes”, que praticamente define que a Rua XV, principal rua comercial de Blumenau, iria se tornar um grande cenário temático, independentemente da sua história cultural e socialmente construída. Logo, além da mercantilização do espaço em si, a própria história aparece de forma mercantilizada por esta reconstituição inventada e falsificada, ou seja, existe um desprezo pelo autêntico, o que não acontecia no período anterior. Entre os demais símbolos criados para reforçar essa política, temos a construção da nova prefeitura, em 1982, através de um enorme falso enxaimel. Esse novo elemento simbólico, com seu caráter explícito de falsidade, vai diminuir ainda mais a importância do *Stadtplatz*, onde se localizava o antigo paço municipal, com o antigo edifício administrativo da cidade (poderes executivo e judiciário) e antigo porto. Esse foi um dos processos mais violentos no que diz respeito à perda das heranças culturais, da história e da memória urbana e coletiva de Blumenau.



Figura 2 – Nova característica do conjunto urbano na década de 1980. Fonte: Luzia C. Frata, 1985.

O centro da cidade aos poucos vai se tornando em uma série de imagens para serem fotografadas principalmente pelos turistas e serem divulgadas nas campanhas publicitárias divulgadas por todos o país. Aos poucos esses edifícios com imagens emblemáticas implantados em pontos específicos da cidade vão constituindo uma nova imagem da própria cidade. Uma imagem atemporal baseada em fatores étnicos e não mais culturais e que não reflitam mais a imagem do seu tempo. Com a lei de incentivo fiscais, a Rua XV se torna um grande cenário temático, onde a sequência de edifícios em fileira e com gabarito semelhante formam uma nova imagem de um novo conjunto arquitetônico, mas que não representa o seu tempo e nem o seu passado, uma vez que nunca existiu esse tipo de construção na cidade. São modelos reproduzidos da idade média na Europa e, mais grave ainda, a grande maioria são apenas pastiches, pois não se trata mais de uma técnica construtiva tradicional, mas apenas simulacros de fachada.

O terceiro período, que inicia a partir do final da década de 1990 com a crise do setor têxtil na cidade industrial, a maior ameaça é a tentativa de construção de uma imagem que não condiz com a realidade local e não representa a história da cidade contínua, pois as novas edificações institucionais mais representativas da cidade, como o novo fórum, a nova agência dos correios e o novo centro de eventos, todos já construídos em pleno século XXI, atendem à essas mesmas diretrizes da perda da autenticidade. Ainda que algumas dessas edificações fiquem fora da nossa área de estudo, elas repercutem diretamente no nosso tema, pois continuando com a política da criação de cenários, o poder público está desprezando e desvalorizando o patrimônio genuíno. E concentrando investimentos em outras áreas, acaba não investindo na manutenção e requalificação dos espaços mais importantes da cidade, que estão justamente na nossa área de estudo, abandonando-os e esvaziando-os de sentido, para depois transferir essa responsabilidade para o setor privado.



Figura 3- Proposta da prefeitura para a área central no Caderno Blumenau 2050. Fonte: PMF, 2008.

Logo, o próprio poder público se torna uma ameaça, ao tentar esvaziar esses espaços mais significativos da cidade para depois elaborar projetos para tentar vender a cidade como uma imagem para atrair investidores. Aliado a isso, elabora políticas públicas que legitimam o processo através do novo Plano Diretor e do repasse das decisões sobre os espaços mais importantes da cidade para o COPLAN, afetando diretamente a paisagem, o espaço e a história da cidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES

Conforme tentamos demonstrar ao longo do trabalho, a principal problemática urbana e que já está afetando diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída ao longo dos anos, são as sucessivas tentativas do próprio poder público em tentar vender a cidade como um objeto, através de imagens emblemáticas e cenários construídos ao longo do tempo e planejados para o futuro (primeiro elementos emblemáticos modernos, depois elementos emblemáticos temáticos e agora elementos emblemáticos “globais” contemporâneos). Infelizmente, essas políticas públicas acabam por tratar da mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade, em detrimento da valorização dos mesmos com bens patrimoniais e de interesse coletivo.

Em 1950 temos uma primeira tentativa modesta, com o modernismo se sobrepondo ao conjunto urbano através imagens emblemáticas de seu tempo. A partir da década de 1970 temos a construção de um cenário urbano temático pautado na reinvenção de uma germanidade através imagens emblemáticas atemporais. Atualmente temos a tentativa do poder público em criar uma imagem de “cidade global” com a cópia de imagens emblemáticas que poderiam estar em qualquer outra cidade do mundo.

Esse contínuo processo de investimento econômico e discursivo na identidade germânica, iniciado ainda na década de 1970 através de alguns elementos emblemáticos, mas que acabou transformando parte da paisagem urbana da centralidade da cidade em um cenário temático, carregada de simulacros para atrair turistas, demonstra a falta de valorização do patrimônio genuíno e a falta de consideração pelo cidadão local em detrimento da construção de uma cidade cenográfica construída para o turista acidental. Temos neste caso um claro desvio de prioridade com relação aos investimentos públicos, que ao invés de valorizarem os espaços públicos e dar valor de uso à esses espaços destinados à população local, acabam por concentrar investimentos em locais privados ou semi privados, destinados prioritariamente para os turistas, esvaziando dessa forma, os espaços mais nobres da cidade. Da mesma forma, as concessões ou doações de espaços públicos para a iniciativa privada explorar, principalmente com o discurso de fomentar as relações comerciais advindas do setor turístico, acabam por tornar os poucos espaços públicos da comunidade local em espaços destinados aos visitantes, ao invés de fortalecerem as relações sociais e coletivas tão necessárias para a população local, carente de espaços públicos.

Atualmente, a introdução de novas imagens, associadas às cidades globais, pode afetar diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída, pois estas vão se impor justamente nos espaços mais nobres e valorizados, - e ainda por cima públicos (*Stadtplatz*, Prainha e mirante do Morro do Aipim) - e com caráter referencial para a cidade. Ao desqualificar, abandonar e esvaziar esses espaços tão nobres, o poder público repassa suas obrigações para o poder privado e legitima o discurso de que somente o poder privado pode gerir e qualificar os espaços da cidade. Como consequência dessa política da criação de imagens para tentar vender a cidade e atrair investidores, surgem também os projetos como imagens, desconexos da realidade local, em locais inapropriados e sem consideração pelo patrimônio e pela paisagem historicamente constituídos.

Com relação a legislação vigente, o poder público se apresenta como uma instituição praticamente inoperante ao repassar suas responsabilidades para os conselhos, que invariavelmente defendem os interesses do setor privado. O atual Código de Zoneamento,

revisto em 2010, não delimita nenhuma Zona de Proteção Cultural, mas ao contrário, transforma a área central, que vai do *Stadtplatz* ao final da Rua XV, em Zona de Localização Especial 1 (ZLE-1), com índices urbanísticos “diferenciados”, onde “as edificações cujos projetos sejam de interesse turístico, econômico, social e paisagístico poderão ter seus índices construtivos definidos pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano”, ou seja, novamente o poder público transfere para um conselho a responsabilidade de gerir os espaços mais nobres da cidade conforme os interesses turísticos e econômicos, que sempre se sobressaem sobre os interesses social e paisagístico.

As cidades brasileiras conhecem rápidos processos substitutivos - decorrentes da fraqueza da legislação urbanística que permite uma acelerada dinâmica do capital imobiliário -, que transforma o tempo numa variável determinante para a manutenção da paisagem e da memória urbana dessas cidades. Atualmente a paisagem herdada está presente em áreas nobres, onde o poder público sinaliza com pretensões obscuras sobre a possibilidade de realizar grandes intervenções urbanas. Logo, esse patrimônio culturalmente e socialmente constituído, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas de desvalorização da história da cidade e pela construção de grandes cenários com imagens urbanas emblemáticas.

O objetivo de introduzir políticas para a preservação da paisagem não deve ser somente estético, mas social. Serve para conservar suas raízes e fortalecer suas identidades, evitando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e às futuras gerações. A paisagem como um bem patrimonial se enquadra numa nova dimensão das políticas patrimoniais, pois serve para democratizar esse patrimônio, que não deve ser apenas estético, mas que deve contemplar os ambientes que marcam a vida cotidiana das pessoas.

## **6. BIBLIOGRAFIA**

ARENDDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

AUGE, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BERMANN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A Aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Landes, 1970.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRIOTA, L. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- CLAVAL, P. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- DEBORD, G. *A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FERREIRA, C.; FROTSCHER, M. *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / Iphan, 1997.
- GEORGE, P. *Geografia dos EUA*. Campinas: Editora Papirus, 1990.
- GUTIERREZ, R. "História, memória e comunidade". In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: SMC/DPH, 1992, 121-8.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.
- HELLER, A. *O Cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- JACQUES, P. B. "Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade". *Arqtexto 7*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, 16-25.
- JEUDY, H-P. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, H. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza, 1972.
- \_\_\_\_\_. *La Production de L'Espace*. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. *Blumenau 2050*. Blumenau: PMB, 2008.
- ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUAN, T-F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, DIFEL, 1983.